

acessível ao leitor não especializado um pensador clássico de enorme importância, sem desvirtuá-lo. Através de um estilo simples e atraente, supera as dificuldades da linguagem técnica, deixando entrever a figura de um educador, em teoria e prática, crítico, ativo e simpático. De algum modo, atende ao desejo do próprio filósofo, que queria ver a história a serviço da vida. A obra de Nietzsche, agora histórica, é feito pensamento vivo, capaz de estimular a reflexão sobre problemas atuais e gerar vida nova. Contudo, é preciso não esquecer, e nisso não há demérito, que a simplicidade e facilidade de acesso tem, ao lado das vantagens, um preço a pagar. O texto não pode se deter, em nenhum momento, no filólogo brilhante nem no filósofo genial e menos ainda na figura extremamente polémica que foi e continua sendo Nietzsche. É bom que o leitor esteja ciente disso e talvez seja oportuno avisá-lo. Há muitos críticos que, considerando a globalidade de sua obra, não vêem em Nietzsche uma figura tão harmoniosa, nem acham suas idéias tão palatáveis quanto o texto de R. M. Dias pode deixar transparecer. Isto, porém, é um detalhe que não compromete o valor do texto.

“Filosofar no Presente”

*Stlvio Gallo**

CANIVEZ, Patrice. *Educar o Cidadão?*, Campinas, Papyrus, 1991, 241 p. (Coleção *Filosofar no Presente*).

O debate em torno da necessidade da construção da cidadania tem sido uma das poucas unanimidades nas discussões políticas no país. Após décadas de amortecimento em nossos desejos e aspirações pela participação nas tomadas de decisão acerca dos destinos de nossa comunidade, precisamos reaprender a ser cidadãos. E no-

vamente a escola é chamada a desempenhar seu importante papel político-social. Tanto na retórica oficial quanto no discurso dos professores militantes, a questão da cidadania encontra eco.

A discussão, entretanto, raramente ousa ganhar tons mais profundos; fala-se em “cidadania” como se fosse esse um conceito universal e unívoco, o que está razoavelmente longe da verdade: diversos matizes e interpretações do termo grassam no imaginário popular.

É nesse contexto que recebemos com entusiasmo o lançamento entre nós da obra de Patrice Canivez, que ousa levar o debate para as “profundezas” da filosofia, na busca de encontrar o real sentido de se “educar o cidadão”.

A obra singular apresenta um denso ensaio do autor que circula com desenvoltura pela história da filosofia, de Platão a Hannah Arendt, de Aristóteles a Eric Weil, passando por Rousseau, Kant e Foucault, entre outros; segue o ensaio uma seleção de 28 textos curtos, extratos de obras dos importantes autores que dão o suporte teórico para o debate.

O ensaio, por sua vez, divide-se em seis partes, partindo do conceito mesmo de cidadania e suas implicações históricas, para desvendar as relações políticas e as reais possibilidades de uma educação voltada para o seu exercício.

O cerne da primeira parte é a distinção sobre o Estado, a sociedade e a comunidade política. É a cidadania que garante ao indivíduo o *status* de pertencer a uma comunidade, a um Estado; como já havia alertado que a cidadania é um conceito historicamente datado — uma coisa era ser “cidadão” na antiga Atenas, outra o era ser durante a Revolução em França —, o autor debruça-se sobre as características que poderiam garantir uma certa universalidade ao conceito, passando pela identidade nacional e pela ação política. Discute a relação Estado e democracia, procurando caracterizar a democracia na sociedade con-

* Professor de Filosofia, é doutorando no Departamento de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP.

temporânea, concluindo que o cidadão moderno é *o governante em potencial*.

A segunda parte do ensaio é dedicada a analisar o tipo de educação que poderia preparar o indivíduo para a condição de cidadão nessa sociedade. Partindo da necessidade de *disciplina* na educação, discute a relação autoridade/autonomia no ensino: como educar um cidadão participativo, autônomo, submetendo-o à autoridade do professor e da instituição? Do “contrato pedagógico” de Rousseau ao modelo jurídico de Kant, mostra o desenvolvimento de uma instituição pedagógica que procurou construir politicamente o cidadão, pilar das sociedades pós-Revoluções Burguesas. Esse modelo, entretanto, acabou por caminhar em direção à apatia e à dominação, como mostram a análise de Foucault em, por exemplo, *Vigiar e Punir*.

A terceira parte analisa a educação como criadora de hábitos no indivíduo, e, para entender a possibilidade de desenvolvimento de hábitos sociais, retoma a noção de *habitus* de Protágoras, confrontando-a com as noções de sociólogos contemporâneos, como Pierre Bourdieu. Posta a desmobilização social perpetrada pela escola, o autor busca em Eric Weil a análise da sociedade moderna e seus valores, para levantar os hábitos que devem ser desenvolvidos para uma educação social neste contexto. A conclusão é que essa educação deve ser necessariamente reflexiva, pois o cidadão, para participar, precisa saber julgar e refletir sobre suas ações. Educar o cidadão, hoje, é educar para a reflexão, criando o hábito — ou a *virtude*, se quisermos retomar Protágoras e Aristóteles — do raciocínio lógico como fundamento do juízo.

O que significa educar a faculdade de julgar? É o que vai ser analisado nas partes quatro e cinco; primeiro, relacionando os juízos críticos e os juízos políticos com a questão jurídica dos *direitos humanos*. Depois, a questão é a cultura e sua relação com a política. Todo esse arcabouço leva ao fato de que a educação deve promover a igualdade na diversidade, isto é, a igualdade política do direito no respeito às diferen-

ças da diversidade cultural. Somos todos iguais, mas nunca idênticos: o reconhecimento desse princípio é a base de qualquer sociedade democrática moderna.

A sexta e última parte do ensaio de Canivez intitula-se “A ação”. Após breves considerações acerca das definições que o termo tem recebido, o autor aprofunda a análise balizado por dois importantes nomes da filosofia contemporânea: Hannah Arendt e Eric Weil. Na primeira, busca a conceituação de ação a partir da experiência humana, a *fabricação*, partindo daí a própria noção de ação política e da participação do cidadão na República.

Já a filosofia política de Weil serve de suporte para a compreensão da ação como transformação da sociedade. Amparado em Weil, Canivez aponta quatro níveis de atividade política na sociedade moderna: o primeiro aparece no nível da *opinião pública*; o segundo é a esfera dos *grupos de interesses*, como os sindicatos, e das *associações sócio-culturais*, como as igrejas, os grupos ecológicos etc.; o terceiro nível é representado pelo *voto*, desde que praticado de modo livre e consciente, expressando uma escolha voluntária; o quarto nível é o do exercício de um mandato representativo, seja em um partido, seja nas funções públicas, nível que, obviamente, é alcançado por menor parcela da população.

Em qual desses níveis acontece a ação da instituição escola? Segundo o autor, embora a escola seja um lugar essencialmente político, ela não é *o lugar* da política; isto é, não é função da escola iniciar os indivíduos na vida política, mas sim prepará-los para que a exerçam conscientemente. A escola não forma quadros de um partido, mas deve garantir a todos a cultura e os conhecimentos necessários, para que, engajados em partidos e associações, possam construir projetos políticos coerentes e conseqüentes. “A educação dos cidadãos ativos deve, pois, oferecer os meios — a informação e o método —, o gosto e o hábito da participação na discussão”, como ele afirma na página 164.

No prólogo ao ensaio, o autor afirma que seu tema é incômodo e suspeito, pois a cidadania está indissociavelmente ligada a

“tempos heróicos”, como a Revolução Francesa, e “não parece feita para os dias comuns”; justamente quando os dias da comum tranqüilidade política são perturbados por guerras e graves crises é que o homem comum é lembrado de que faz parte de uma comunidade, e é ele quem a constrói. Nada mais oportuno, pois, do que nós, brasileiros deste final de século — sobretudo os educadores — conhecermos o trabalho de Canivez. E que ele nos sirva como mais um dos subsídios para a construção da cidadania e do fortalecimento da sociedade civil de que tanto necessita o país nestes tempos em que as muletas sociais têm se quebrado com tanta facilidade.

Uma Educação para a Solidariedade

Sílvio Gallo*

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE: Contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*, Campinas, Pontes Editores/Editora da UNICAMP, 1990, 135 p.

Nos últimos dez anos, acompanhando o processo de redemocratização do país, o Anarquismo tem retomado seu lugar no imaginário popular, adormecido que estava pelos sucessivos anos de repressão. O conhecido símbolo ácrata — a letra “A” estilizada no interior de um círculo — tem aparecido nas pichações, nas jaquetas *punk* da juventude inconformada, nas letras de músicas de grupos do *pop rock* como os “Titãs” e os “Engenheiros do Hawai” e mesmo nas camisetas e adesivos para automóveis. Logicamente, essa propaganda toda passa por uma pasteurização da mí-

dia, e muitos garotos que desenham o símbolo em seus cadernos na escola não fazem a menor idéia do seu significado. Por outro lado, esse renascimento do Anarquismo dá-se também em dois outros âmbitos: o da militância político-social e o acadêmico.

No primeiro deles, a década de 80 foi testemunha da criação ou retomada de diversos centros de cultura e militância libertários em diversas cidades, dos quais o mais importante, pelo aspecto histórico e pela amplitude de suas atividades é o Centro de Cultura Social, de São Paulo (fundado em 1933, reaberto em 1985). Já no âmbito acadêmico, a fênix do Anarquismo tem chocado seus ovos em diversas teses. Resultado dos esforços dos historiadores que se voltaram para o cotidiano da história operária, apareceram diversos estudos que retomaram a cultura libertária no meio operário brasileiro, sobretudo durante a República Velha. Ao mesmo tempo, começaram a ser editados ou reeditados entre nós alguns dos “clássicos” do Anarquismo — textos de Bakunin, Proudhon, Kropotkin e Malatesta, entre outros, que animaram os debates libertários no início do século.

Como a educação sempre ocupou um lugar central tanto na cultura quanto na militância política anarquistas — que, a rigor, não podem nem mesmo ser dissociadas —, estes trabalhos voltados para o resgate do teatro e da literatura ácratas acabaram por também falar em suas escolas. A primeira obra destinada exclusivamente ao estudo das escolas libertárias durante a Primeira República que vem a público é justamente a de Regina Jomini. Fora a inegável qualidade de seu texto, isto já seria suficiente para atestar sua importância.

Antes de adentrar às questões especificamente pedagógicas, a autora aborda questões de cunho mais geral, como a contextualização histórica do país e a teoria política libertária. No Capítulo I, o contex-

* Professor de Filosofia, é doutorando no Departamento de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP.